

## IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 23.04.2020

O Chefe do Executivo divulgou, há dias, o seu primeiro relatório das Linhas de Acção Governativa (LAG) para este ano, envolvendo diversas áreas, como, economia, habitação, trânsito e segurança pública, entre outras. Pessoalmente, concordo com este relatório e acho que tem em conta o planeamento a longo prazo de Macau e também a situação actual da sociedade. A fim de evitar que as acções governativas sejam um cheque sem cobertura, espero que o Governo faça bem a respectiva calendarização e acelere a elaboração do calendário e o andamento, para estas políticas e medidas poderem ser implementadas eficazmente. Ao mesmo tempo que a economia de Macau se encontra numa fase crítica, o Governo deve proceder a uma avaliação contínua da situação social e adoptar, oportunamente, a terceira série de medidas de apoio económico para combater a epidemia, com vista a aliviar a actual situação económica e o desemprego.

Desde o estabelecimento da RAEM, a sociedade, a economia e a vida da população têm melhorado significativamente e a população está mais rica, mas também surgiram vários problemas sociais e, especialmente com o aquecimento global, o problema do tratamento da água torna-se cada vez mais urgente; o preço dos imóveis ultrapassou a capacidade de compra dos residentes, e é difícil a compra de habitação pela classe média e pelos jovens, o andamento da renovação urbana é lento, a oferta de habitação pública é insuficiente e tudo isto afecta a qualidade de vida da população; devido à sobrecarga dos transportes públicos, os contratos de autocarros vão expirar em breve, e o Metro Ligeiro não consegue, actualmente, produzir com eficácia o efeito dos transportes colectivos; com a epidemia, acentuou-se a singularidade da estrutura económica de Macau e é cada vez mais importante a diversificação económica.

Entendo que o relatório das LAG está em conformidade com os interesses das diversas partes e os problemas que a sociedade enfrenta, e pretende dar resposta ao combate à epidemia, à salvaguarda do emprego, à estabilidade económica, à garantia da qualidade de vida da população, e ao lançamento de reformas e promoção do desenvolvimento. Tendo em conta o excelente desempenho do Governo na luta contra esta epidemia, a organização adequada, num curto espaço de tempo, para minimizar ao máximo o impacto desta em Macau, testemunhou a coragem do Governo, por isso, a sociedade prestou muita atenção ao primeiro relatório das LAG deste ano.

Para evitar discrepâncias nas opiniões da sociedade em relação aos trabalhos do Governo, espero que este possa concretizar a calendarização das acções governativas, elevar a eficiência da execução e acelerar a resolução dos problemas de habitação, tratamento das águas, trânsito, etc., existentes há vários anos. Há ainda que lidar bem com os contratos dos autocarros e o concurso público para a concessão das licenças do jogo, para implementar um Governo eficiente que sirva o povo e tenha a coragem e a capacidade de execução, para aumentar ainda mais a confiança dos cidadãos e o apoio ao Governo, o que vai contribuir para a promoção dos trabalhos governativos futuros.

Com Macau a tornar-se parte integrante da Grande Baía, a participação activa nesta é

algo que Macau tem de fazer, e o Governo da RAEM espera transformar a Ilha de Hengqin numa segunda Macau. Acredita-se que se trata de um assunto difícil e de longo prazo. O projecto “novos moradores” é um dos que mais preocupa a sociedade. Espera-se que o Governo da RAEM acelere o aperfeiçoamento dos diplomas legais e das instalações complementares das duas regiões, a fim de aperfeiçoar os projectos e corresponder aos objectivos da acção governativa.

O novo Governo tomou posse no ano anterior e, para além dos problemas sociais do passado, ainda teve de enfrentar a epidemia deste ano, que teve um grande impacto em Macau e aumentou a taxa do desemprego. Para além de continuar a implementar a política “criação de emprego em vez de subsídios”, o Governo tem de fazer bem o trabalho de fiscalizar os preços, a par de acautelar bens suficientes para garantir que a vida dos residentes não seja afectada pela falta de fornecimento de mercadorias. Mais, deve proceder-se à revisão contínua das medidas de apoio económico contra a epidemia e, em caso de necessidade, implementar a terceira fase, para resolver a pressão de vida sentida pelos cidadãos.

## **IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 23.04.2020**

### **Reforçar o apoio ao emprego dos recém-graduados**

Sob o impacto da epidemia, a situação do emprego em Macau continua em recessão, com muitos trabalhadores a serem obrigados a gozar férias sem vencimento e até a serem despedidos. Segundo os dados dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), a taxa de desemprego entre Dezembro de 2019 e Fevereiro de 2020 aumentou de 1,7% para 1,9%, e atendendo ao actual panorama do emprego, prevê-se que venha a aumentar.

O Governo já apoiou os trabalhadores através de uma série de medidas de apoio, incluindo o lançamento de formação subsidiada, do plano de apoio pecuniário aos trabalhadores e de programas de apoio aos profissionais liberais, garantindo o emprego e a vida da maioria dos trabalhadores, no entanto, para os jovens que concluíram o ensino secundário e o ensino superior e que pretendem ingressar no mercado de trabalho, o apoio do Governo é manifestamente insuficiente. O número de vagas para a frequência de cursos de formação subsidiada é pouco, o âmbito da formação é limitado, e ainda foram estabelecidas certas condições para impedir a participação dos recém-graduados que pretendem ingressar no mercado de trabalho pela primeira vez. Espero que o Governo implemente, quanto antes, um novo plano, aumente o número de vagas e áreas de trabalho, alargue o leque de destinatários aos recém-graduados e promova mais acções de formação técnica, por exemplo, no sector financeiro emergente e na reestruturação da indústria de serviços. Os cursos de formação devem ser mais adequados para os jovens, a fim de promover o desenvolvimento dos diferentes sectores de Macau e de elevar o nível geral dos trabalhadores.

Os estudantes que estão quase a concluir os seus cursos viram as aulas suspensas devido à epidemia, o que afecta, de certo modo, a situação dos seus estudos. A epidemia levou-os a trabalhar em casa durante muito tempo, por isso dificilmente conseguem preparar-se melhor para entrar no mercado de trabalho. No passado, diferentes empresas e instituições cooperavam com as escolas, realizavam diferentes feiras de recrutamento e ofereciam serviços de apoio ao emprego, mas tudo foi cancelado devido à epidemia e à situação da economia. No passado, muitos estudantes faziam estágios antes da conclusão dos estudos, mas, actualmente, as oportunidades de estágio são cada vez menores, o que afecta gravemente os seus estudos e a aquisição antecipada de experiências de trabalho. O maior impacto é para os estudantes que querem trabalhar nos sectores do turismo, da hoteleira e do comércio a retalho. Na falta de clareza quanto ao futuro ambiente de trabalho, o Governo não consegue prestar apoio adequado aos jovens que não têm experiência na procura de emprego, o que significa que os jovens graduados vão ficar desempregados, uma questão a que a sociedade deve prestar atenção.

Sugiro à Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL), aos serviços da pasta da educação e às escolas que providenciem formação pré-profissional aos referidos

estudantes, efectuem bem o seu trabalho de apoio ao emprego, e resolvam os problemas de emprego dos jovens afectados pela epidemia. Estou confiante que, assim, os estudantes vão conseguir entrar, com sucesso, no mercado de trabalho, contribuindo com novas forças para o desenvolvimento de Macau a longo prazo.

## **IAOD do Deputado Chui Sai Peng José em 23.04.2020**

### **Aproveitar a cooperação entre Zhuhai e Macau e promover a renovação urbana do Porto Interior**

Em Janeiro deste ano, restabeleceu-se a ligação marítima entre Wanzai, em Zhuhai, e o terminal marítimo de passageiros do Porto Interior. O Conselho de Estado autorizou a abertura do posto fronteiriço de Wanzai em 1984, sendo um dos dois primeiros postos fronteiriços de Zhuhai e o único que liga Macau por via marítima. Embora este posto fronteiriço esteja apenas a 2,5 km do de Gongbei, cada um tem as suas funções. Apanhar um barco em Wanzai leva directamente à zona do Porto Interior, o que é bastante conveniente para os camponeses que circulam entre Zhuhai e Macau, contribuindo para a prosperidade de pequenos negócios entre as duas cidades, sendo mais uma opção para os turistas que queiram entrar e sair de Macau, e contribuindo para a diminuição do número de turistas no posto fronteiriço de Gongbei.

Nas Linhas de Acção Governativa (LAG) apresentadas recentemente pelo Chefe do Executivo, verifica-se que há uma estreita relação entre Macau e Zhuhai. Por um lado, o Governo vai reforçar os trabalhos de desenvolvimento da Ilha de Hengqin e, por outro, vai-se estudar a criação de uma zona turística e de lazer “separada apenas por um rio” entre Macau e Zhuhai, para construir Macau como um centro mundial de turismo e lazer. Isto vai contribuir para o desenvolvimento conjunto com Hengqin como um local internacional de turismo e lazer, e também para a diversificação do nível da renovação urbana de Macau, injectando uma nova vitalidade nos trabalhos de resolução dos problemas das inundações do Porto Interior e de renovação urbana. O restabelecimento das ligações marítimas com Wanzai vai proporcionar aos residentes das duas regiões uma opção mais directa e conveniente de transporte transfronteiriço, e prevê-se o aumento do fluxo de pessoas e o melhoramento do ambiente comercial no Porto Interior. Espera-se que, na coordenação dos trabalhos de desenvolvimento do produto turístico “uma viagem, várias estadias” entre Zhuhai e Macau, se abranja também a renovação, a prevenção de inundações, a conservação da história, a reorganização do trânsito, a optimização do ambiente comercial e a integração de uma zona económica turística dos dois lados das fronteiras. Com vista à renovação urbana, deve-se efectuar um planeamento paisagístico e industrial da orla costeira, promover o investimento dos comerciantes e dinamizar o desenvolvimento económico do Porto Interior.

Sugiro ao Governo que considere o plano geral de renovação do Porto Interior como uma parte importante da renovação urbana e que o coloque na ordem do dia dos trabalhos do Governo, aproveitando a oportunidade da cooperação turística entre Zhuhai e Macau, e dando um novo destaque ao Porto Interior, muito próspero no passado. Deve-se contar bem a história de Macau onde se inclui a Rua da Felicidade, a Rua de Cinco de Outubro, a Rua Cheng Ping e a Praça de Ponte e Horta, para desviar a pressão do turismo das Ruínas de S. Paulo e da Avenida de Almeida Ribeiro, promovendo assim um turismo da orla costeira, enriquecendo os itinerários turísticos de forma mais diversificada e contribuindo para o objectivo de transformar Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer.

## **IAOD do Deputado Lei Chan U em 23.04.2020**

### **Protecção legal e desenvolvimento razoável dos direitos e interesses laborais dos trabalhadores**

Falta uma semana para chegar o Dia Internacional do Trabalhador, portanto, desejo aqui a todos os trabalhadores um bom feriado!

O Dia Internacional do Trabalhador é uma festividade para os trabalhadores e uma oportunidade para estes lutarem pelos seus legítimos direitos e interesses, tem como tema a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, já tem cerca de 130 anos de história. Olhando para a história, podemos verificar que o Dia Internacional do Trabalhador é fruto de esforços anteriores, e é, na verdade, um direito à luta entre sangue e lágrimas. Todos os direitos laborais de que hoje usufruímos, como as férias legais e o horário de trabalho de oito horas, podem ser rastreados até à história do movimento laboral internacional. Hoje em dia, com o aperfeiçoamento gradual do sistema jurídico, a forma de lutar pelos direitos e interesses laborais sofreu uma grande alteração, no entanto, esta luta continua a ser difícil e os conflitos entre as partes laboral e patronal continuam a ser ferozes. Isto pode ser visto na legislação da lei sindical, no aperfeiçoamento do regime de salário mínimo, na criação de um sistema de índices harmoniosos para as relações laborais, na criação de um mecanismo de coordenação da formação profissional e no aperfeiçoamento do regime de contratação de trabalhadores não residentes.

Hoje em dia, o valor e a dignidade do trabalho consagrados no Dia Internacional do Trabalhador evoluíram para leis e regulamentos, mas os direitos e interesses laborais existentes podem ser destruídos a qualquer momento e o seu desenvolvimento também é difícil. Por isso, é necessário insistir nos direitos e interesses laborais antes da chegada desse dia.

Neste momento, a protecção dos direitos e interesses laborais dos trabalhadores de Macau não é perfeita, os padrões laborais são baixos, alguns critérios laborais não são alterados há dezenas de anos, os trabalhos de revisão legislativa não foram concluídos no prazo previsto, as garantias de segurança e saúde ocupacional não foram aperfeiçoadas, etc. Os direitos e interesses laborais dos trabalhadores não estão salvaguardados nos termos da lei e não foram desenvolvidos atempada e racionalmente, devido à fragilidade dos trabalhadores e ao estatuto vantajoso dos empregadores. Por isso, estou profundamente convicto de que o equilíbrio entre as forças laborais e patronais será um meio efectivo e viável para a protecção dos direitos e interesses laborais dos trabalhadores. Neste decurso do adquirir de equilíbrio, o Governo deve assumir as suas responsabilidades e desempenhar o seu papel, não só na implementação e execução das leis e regulamentos existentes, mas também precisando de agir consoante a evolução dos tempos, e ser activo no desenvolvimento dos direitos laborais segundo a tendência do seu desenvolvimento internacional e do nível do desenvolvimento económico e social.

Solicito ao Governo que efectue, nos termos da lei, os trabalhos de protecção dos

direitos e interesses laborais dos trabalhadores, recorra à Concertação Social para reforçar os trabalhos de produção e revisão legislativa, aumente os índices dos trabalhadores, conclua os trabalhos de revisão da lei de acordo com a lei, estabeleça leis e regulamentos perfeitos sobre segurança ocupacional, aperfeiçoe o regime de formação profissional, fiscalize com rigor a execução da lei, garanta efectivamente o direito ao emprego dos trabalhadores, à retribuição, ao descanso e às férias, à segurança e saúde ocupacional, à formação técnico-profissional e à segurança social.

Por último, saliento que a atitude e o comportamento do Governo não têm só a ver com a resolução dos problemas prementes das relações de trabalho, mas também com a criação de relações de trabalho harmoniosas. Por isso, a protecção jurídica e a construção dos regimes devem inclinar-se para os trabalhadores, pois só assim é que se pode concretizar a igualdade entre as partes laboral e patronal e o direito a falar, permitindo que os trabalhadores trabalhem e vivam com dignidade e sejam mais valiosos e respeitados.

## **IAOD da Deputada Lei Cheng I em 23.04.2020**

### **Aperfeiçoamento e elevação do nível dos talentos através de diversas acções de formação**

Face à epidemia do novo coronavírus, o Governo lançou duas rondas de medidas de apoio económico para assistência urgente, mas o mais importante é garantir o emprego, ajudar os desempregados a conseguir um emprego e elevar a sua competitividade.

A epidemia afecta o emprego e os diversos sectores, e têm vindo a surgir sucessivamente pedidos de apoio. Alguns estabelecimentos de comida encerraram recentemente, e os trabalhadores, para além de ficarem desempregados, ainda têm de reclamar as devidas indemnizações rescisórias. Num outro caso, dezenas de trabalhadores de casinos perderam repentinamente o contacto com o seu empregador, após dois meses de atraso no pagamento dos salários, e o seu local de trabalho também foi encerrado. Mas, como não foram despedidos, não conseguem pedir o subsídio de desemprego nem o adiantamento ao Fundo de Garantia de Créditos Laborais. Segundo alguns trabalhadores da restauração que recebem o pagamento à hora, apesar de ainda não terem sido despedidos, já passaram vários meses sem trabalho e sem receber qualquer salário. Estes trabalhadores sentem-se muito preocupados devido ao desemprego ou à falta de trabalho, acreditando-se que, com a mudança da situação de emprego em Macau, nos próximos tempos, vai haver mais casos de não pagamento de salários e de falência. Assim, a redução do desemprego e a garantia da qualidade de vida da população devem ser as prioridades das Linhas de Acção Governativa para este ano, e é necessário envidar mais esforços para resolver a questão do desemprego.

Para garantir verdadeiramente o emprego, o Governo deve intervir e implementar diversas medidas, incluindo: aperfeiçoar o mecanismo de fiscalização do trabalho, reduzir de forma ordenada as quotas dos TNR, concretizar os trabalhos de conjugação de emprego e de colocação profissional, aperfeiçoar o regime de apoio ao desemprego e da falta de pagamento de salários, entre outros. Ao mesmo tempo, é necessária uma série de medidas de formação para promover a optimização e a elevação do nível de talentos, e preparar-se bem para a próxima fase de desenvolvimento, concretizando o objectivo de formação de talentos diversificados referido no Plano Quinquenal.

Segundo as “listas de procura/necessidade de talentos” e o “directório da escassez de talentos” da Comissão de desenvolvimento de talentos, há muitas vagas em postos de trabalho, incluindo cargos de gestão, nos sectores do jogo, hotelaria, restauração, venda a retalho, convenções e exposições, finanças, entre outros. Assim, foram autorizadas muitas quotas para a importação de mão-de-obra, com vista a suprir as insuficiências. Num curto espaço de tempo, à medida que a situação de emprego se torna cada vez mais grave, é evidente que o Governo tem de avaliar a situação das vagas, concretizando a política de dar prioridade aos trabalhadores locais no acesso ao emprego. A longo prazo, há que optimizar as medidas concretas para a formação de talentos locais. Há dias, o Chefe do Executivo referiu, no Relatório das LAG, que ia, com uma atitude e mentalidade mais

aberta e de acordo com as necessidades concretas do desenvolvimento socioeconómico, importar e captar quadros qualificados.

É de salientar que, em Macau, há mecanismos para a importação de mão-de-obra e captação de talentos do exterior, só que a sociedade tem criticado, ao longo dos tempos, a falta de clareza na regulamentação e de rigor na apreciação e autorização dos pedidos, o que resultou em casos frequentes de falsificação, e os verdadeiros talentos foram rejeitados, por isso, é necessário proceder a uma reforma, colmatando as lacunas. O mais importante é: o Governo não pode negligenciar a formação de talentos locais; deve, através da saída, com prazo definido, dos TNR, e da formação profissional, investir recursos para promover a participação dos locais na formação e obtenção de credenciação, para estes poderem ingressar na classe técnica ou na camada de gestão, criando espaço de escolha de emprego diversificado para os residentes.

## **IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 23.04.2020**

### **Corresponder aos padrões internacionais para enfrentar os novos desafios normativos**

Devido ao alto grau de internacionalização da indústria bancária de Macau, uma delegação de representantes do Fundo Monetário Internacional, (FMI) na sua visita a Macau, em Fevereiro passado, enalteceu a robustez financeira de Macau, o que bem mostra o rigor das normas de supervisão. Mais, Macau obteve recentemente a manutenção pela Fitch da notação de “AA”, em termos de crédito de emissor a longo prazo, e o alto grau de reconhecimento pela APG, no seu relatório de avaliação e acompanhamento, no âmbito do combate ao branqueamento de capitais, na qualidade de primeira região a reunir todos os requisitos, em termos de técnica legislativa, definidos pela FATF. Tudo isto reflecte bem o alto grau do reconhecimento, a nível internacional, do desempenho da banca de Macau.

Com a elevação do estatuto internacional de Macau, há que enfrentar as graduais exigências no âmbito da correspondência com os padrões internacionais. Trata-se, aliás, de uma utilidade positiva para impulsionar a plataforma de internacionalização e de um desafio, pois a aplicação das novas normas contabilísticas de IFRS9 constitui um novo desafio para a banca.

Segundo as previsões, a entrada em vigor, em 2022, dos novos critérios IFRS9 vai alterar os métodos de cálculo da perda de créditos. Actualmente, a desvalorização calcula-se através da “perda efectiva”; enquanto que os critérios IFRS9 têm por base uma previsão futura ou uma previsão da perda de crédito (ECL).

O principal impacto para os bancos da implementação dos novos critérios é terem de efectuar uma avaliação permanente dos instrumentos financeiros, bem como os itens unitários e conjuntos da ECL. Os bancos devem actualizar as quantias ECL em todos os relatórios, com vista a reflectir os riscos inerentes das alterações dos créditos relacionados com os instrumentos financeiros, o que significa um aumento do número e frequência dos cálculos de valorização e depreciação, sendo ainda necessário recolher mais informações. Este novo método de cálculo vai aumentar o volume de informações, por exemplo, mais detalhes, a previsão de perdas futuras, e a criação de novos modelos e requisitos para o cálculo da valorização e da depreciação.

Em particular, o valor do prejuízo previsto a que se refere será influenciado pelos conhecimentos subjectivos e pela conjuntura económica em que se insere, por outras palavras, os cálculos do ECL dos bancos precisam de se basear em mais de um ambiente, para medir a “largura do fosso” do risco e aumentar a precisão dos cálculos. Isto requer que os bancos calculem e analisem várias vezes os resultados em cada período e num tempo limitado e demonstra que quanto melhor for a qualidade das informações, melhor é o modelo de simulação e maior a probabilidade de os cálculos do ECL acertarem no alvo.

Face ao exposto, tendo em conta a falta de dados históricos do sector bancário de Macau, principalmente devido à falta de meios facilitadores para a sua recolha, sugere-se que as entidades de fiscalização coordenem o assunto e prestem apoio, oferecendo uma plataforma oficial e comum que disponibilize informações e permita a actualização imediata dos dados, facilitando assim a ligação sistemática entre os bancos, tudo para uma melhor análise dos dados e cálculo comparativo entre os modelos relacionados com a redução dos valores.

## IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 23.04.2020

A propagação contínua da epidemia causada pelo novo tipo de coronavírus afectou, em maior ou menor grau, todos os sectores em Macau, e a indústria desportiva é uma das mais atingidas. Desde Fevereiro que a indústria desportiva local tem sido duramente atingida, pois as competições desportivas foram canceladas ou adiadas, as instalações desportivas encerradas e as aulas integradas no programa Desporto para Todos suspensas. Espero que o Governo preste atenção a isto e apoie o sector do desporto a ultrapassar os tempos difíceis. Para o efeito, proponho o seguinte:

1. Devido ao cancelamento ou adiamento das competições desportivas, é possível que os atletas estejam física e mentalmente afectados. Por exemplo, a recente suspensão e adiamento das competições escolares teve um certo impacto nas emoções de todos. O Governo deve prestar atenção ao estado físico e mental destas pessoas, ajudando-as a recuperar o moral, a manter o estatuto competitivo e a prepará-las para o reinício dos eventos desportivos.

2. Todos os anos o Governo organiza aulas integradas no programa Desporto para Todos, e contrata temporariamente cerca de 300 treinadores. No Ano Novo Chinês, todas essas aulas foram canceladas ou adiadas indefinidamente. Relativamente à suspensão e à retoma das actividades no sector da formação desportiva, espero que o Governo preste apoio adequado e flexível para ajudar os operadores a ultrapassar os tempos difíceis, armazenando assim energia para o desenvolvimento sustentável da indústria desportiva de Macau.

3. No pressuposto que a epidemia está controlada, há que apoiar as associações na organização de competições sob o tema Grande Baía, para os cidadãos sentirem novamente o prazer do desporto, reforçar a comunicação entre a população, e permitir aos atletas da selecção de Macau alcançar os seus objectivos. Os atletas que vêm a Macau para participar em competições podem desempenhar uma função económica, através do consumo em alojamento, transportes, restaurantes e compras.

Perante a epidemia, os cidadãos estão mais atentos e desejam praticar desporto, apercebendo-se da importância do desporto para obter uma condição física saudável e aumentar a resistência às doenças. As associações desportivas, os treinadores e os atletas são uma importante base fundamental para o desenvolvimento do desporto local, portanto, o Governo deve ajudá-los a ultrapassar as dificuldades e a preparar-se melhor para a retoma das competições desportivas, a fim de consolidar energias para o desenvolvimento sustentável da indústria desportiva de Macau.

## IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 23.04.2020

Ontem, 22 de Abril, celebrou-se o 51.º Dia Mundial da Terra e o tema de divulgação deste ano é: “Preservação da Terra, Coexistência Harmoniosa entre o Homem e a Natureza”. Proponho que se continue a promover uma vida de baixo carbono, integrando as acções de protecção ambiental na vida quotidiana e no trabalho, contribuindo assim para a harmonia entre o homem e a natureza.

De acordo com o “Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM (2016-2020)”, o “reforço da protecção ambiental e promoção da vida verde” é um dos trabalhos prioritários para a construção de Macau como cidade com condições ideais de vida. Em 2012, o Governo publicou o “Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020)”, apresentando uma série de planos de acção. A DSPA, tendo em conta o estado ambiental e os problemas que mais afectam o ambiente e os residentes, e que mais preocupam a sociedade, tem vindo a melhorar a qualidade do ar, a controlar a poluição sonora e a aperfeiçoar a gestão de resíduos, tendo sido publicados, sucessivamente, os respectivos regulamentos administrativos. Assim, sugere-se a optimização da política de protecção ambiental e a promoção do desenvolvimento verde, com as seguintes sugestões:

Aproveitar a fusão da Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental e do Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético para aperfeiçoar a implementação da política ambiental e, com a implementação de uma série de diplomas legais e medidas sobre as fontes móveis e as principais fontes fixas de poluição do ar, reforçar ainda mais a promoção da utilização de veículos movidos a novas energias;

Devido a razões históricas, nos bairros antigos há muitos tubos de drenagem de águas pluviais e residuais, o que agrava bastante a capacidade da ETAR, assim, o Governo deve realizar o respectivo estudo de viabilidade sobre o reordenamento e a separação das águas pluviais e residuais, e, com base nas experiências de sucesso da intercepção de águas residuais na zona da Areia Preta, aproveitar a revisão do Regulamento Geral da Construção Urbana (RGCU) para promover a cooperação interdepartamental na melhoria do ambiente hídrico da zona costeira e ainda as normas técnicas para aperfeiçoar, na fonte, o sistema de drenagem das águas residuais dos edifícios;

Actualmente, há apenas três pontos fixos de monitorização da qualidade das águas costeiras de Macau, distribuídos na margem oeste (no Porto Interior e na zona de protecção ecológica do Cotai), assim, propõe-se a utilização, antes da conclusão da nova ETAR, de novas tecnologias de tratamento de águas residuais, como o tratamento por membrana MBR, que serve para aumentar a capacidade de tratamento das ETAR, pois a de Macau já se encontra no limite; por outro lado, aumentar os pontos fixos de monitorização da qualidade da água e apresentar dados laboratoriais nas bocas de saída de água da ETAR, para fiscalizar e avaliar a quantidade de poluição efectiva.

*(Tradução)*

Por último, aumentar gradualmente a eficácia da redução de resíduos na fonte e efectuar reciclagens dos resíduos com base no princípio do poluidor-pagador. Mais, deve-se promover as responsabilidades sociais de protecção ambiental junto das concessionárias do jogo e das grandes empresas, para construir uma sociedade ecológica e com eficiência energética, promovendo a protecção ambiental no dia-a-dia e no trabalho.

## **IAOD da Deputada Chan Hong em 23.04.2020**

### **Criar mais oportunidades de emprego e de empreendedorismo para os finalistas universitários**

A eclosão do surto da epidemia do novo coronavírus afectou, gravemente, a economia mundial, e o impacto para Macau, com uma economia relativamente monolítica, foi também enorme. Face à perduração da epidemia, o intercâmbio entre Macau e o exterior ficou quase interrompido. O mercado de emprego de Macau está numa situação lastimável. Alguns trabalhadores têm apenas trabalho parcial, entraram em licença sem vencimento, ou foram até despedidos. Neste contexto, os finalistas universitários vão certamente enfrentar grandes dificuldades na procura de emprego.

De acordo com um inquérito<sup>1</sup>, no ano passado, cerca de 88 por cento dos recém-graduados do ensino superior de Macau optaram por trabalhar cá, e as cinco áreas de preferência foram, por ordem: “Administração Pública”, “Turismo, Convenções e Exposições”, “Educação”, “Sectores Bancário e Financeiro” e “Serviços Sociais”. Cerca de 55 por cento dos estudantes do exterior pretendem regressar a Macau após os seus estudos. Este ano, Macau contará com mais de 4 mil finalistas universitários, prevendo-se que a proporção dos que vão ficar em Macau para trabalhar será maior do que a do ano passado. Assim, como ajudá-los a encontrar emprego ou a criar os seus próprios negócios, é um assunto que deve merecer séria reflexão do Governo e da sociedade. Há que criar mais oportunidades e plataformas de emprego que permitam aos finalistas desenvolverem as suas vocações e se tornem num suporte para a promoção da diversificação adequada da economia.

A meu ver, face à incerteza do mercado de emprego, os finalistas universitários devem estar psicologicamente bem preparados, para procurar encontrar mais oportunidades de desenvolvimento diversificado. Ao mesmo tempo, sugere-se ao Governo que proceda a um inquérito sobre o emprego e a criação de negócios por parte dos recém-graduados, prestando atenção à sua situação concreta e às suas necessidades personalizadas, com vista a facultar-lhes o devido apoio e uma recomendação acertada. As autoridades podem promover a fórmula “internet + emprego e empreendedorismo”, para criar um sistema informático de rede de emprego e empreendedorismo para os finalistas universitários, aproveitando as plataformas na internet para promover a troca de informações entre os finalistas e as entidades empregadoras, e os finalistas conhecerem melhor a situação do mercado, tendo em vista o aperfeiçoamento do mecanismo de conjugação de emprego. Deve organizar-se mais acções de formação profissional necessárias ao mercado laboral, para os recém-graduados poderem dominar diversas técnicas profissionais e ter mais possibilidades de emprego. Há que incentivar as empresas a criarem postos para estagiários, com vista a aumentar a sua experiência e capacidade de trabalho.

---

<sup>1</sup> “Inquérito sobre a Intenção do Prosseguimento dos Estudos e do Emprego dos Recém-graduados do Ensino Superior, de 2019”, da Direcção dos Serviços do Ensino Superior.

## **IAOD do Deputado Wang Sai Man em 23.04.2020**

São profundos os impactos para a vida, em cada uma das evoluções em termos de tecnologia de comunicação móvel. Se o 1G trouxe a ligação entre pessoas, o 5G a ligação a todas as coisas, entre os quais a ligação, através da rede, a serviços públicos, infraestruturas, equipamentos de produção, casa e automóvel. O 5G tornou-se ainda um dos elementos relevantes para a construção de cidade inteligente. Em todas as partes do mundo acelera-se a instalação de 5G para impulsionar a transição da digitação socioeconómica e o crescimento económico. O desenvolvimento da tecnologia de comunicação 5G tornou-se numa parte integrante da força real em geral do País.

Em Junho de 2019, iniciou o Ministério da Indústria de Telecomunicações a emissão de licenças de 5G a operadoras de telecomunicações, marcando assim a entrada formal dessa indústria na era de 5G com um ano de antecedência. Até finais de Fevereiro, entraram em operação 164 mil estações de 5G e até finais de Março comerciavam-se 76 tipos de telemóveis de 5G, atingindo as vendas cerca 26 milhões de unidade. Em Macau, é lento o desenvolvimento de 5G, não obstante ter uma operadora de telecomunicações asseverado que esse serviço vai ser lançado ainda no corrente ano. Para que haja uma total cobertura, há ainda um longo caminho a percorrer. Durante a epidemia, muitas mensagens e aplicações têm de ser finalizadas, via rede de internet, daí a premência no desenvolvimento de 5G.

Nas LAG para 2020, refere-se que se vai empenhar em transformar a RAEM numa das regiões mundialmente mais avançadas em termos de utilização de tecnologias informáticas para a concretização de “Macau Inteligente” e promover o governo electrónico e as operações inteligentes nos domínios da passagem fronteiriça, dos serviços de saúde, do turismo e do transporte, tornando a cidade mais inteligente com vista a integração profunda da tecnologia informática na modernização urbana. É mais que evidente que o seu sucesso ou insucesso depende em larga medida do desenvolvimento das tecnologias de 5G.

A meu ver, o Governo deve acelerar a construção do sistema 5G. Em Macau, ainda há alguns obstáculos para o respectivo desenvolvimento, nomeadamente, a construção de estações de base. Os cidadãos estão preocupados com o facto de a exposição ao campo electromagnético poder afectar a saúde e assim opõem-se à instalação destas estações nas imediações dos seus edifícios, o que é um desafio para a construção do 5G. Sugere-se ao Governo que divulgue e popularize as tecnologias do 5G, para dissipar as dúvidas dos cidadãos, ou que adopte políticas, para ajudar a quebrar as barreiras. Em paralelo, o Governo deve divulgar o plano e a concepção do desenvolvimento do 5G, elevando a transparência, para os operadores estarem bem preparados e a sociedade poder aceder às informações.

O rápido desenvolvimento da tecnologia de 5G vai certamente dar grande impulso ao desenvolvimento do mercado comercial. Mas, ao longo dos anos, a taxa de adesão às tecnologias da sociedade de Macau é relativamente baixa, por isso, o Governo deve incentivar as empresas locais a aplicarem as tecnologias do 5G no sector comercial, incentivando-as a desenvolverem os serviços e o consumo *online*, e a explorarem novos modelos de *marketing*, tais como AR/VR, e vídeo e entretenimento, elevando a sua competitividade, enquanto os cidadãos podem conhecer uma nova experiência.

Mais, o Governo deve empenhar-se no desenvolvimento das infra-estruturas complementares, acelerar a coordenação, concretizar a interligação de dados entre os serviços públicos e resolver a questão dos silos de dados. Ao mesmo tempo, sugere-se ao Governo que disponibilize às empresas os dados integrados, permitindo aos sectores articularem-se com as estratégias e o planeamento do Governo na construção de uma cidade inteligente.

## **IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 23.04.2020**

A sociedade está muito atenta à política de entradas e saídas entre Guangdong e Macau. Devido ao agravamento da situação epidémica no exterior, e a fim de evitar a importação de infecções, a Província de Guangdong adoptou, em 27 de Março, a medida de isolamento para quem entrasse na província. 4 tipos de pessoas estão isentos dessa medida, incluindo os residentes de Macau com bilhete de residência da China e os condutores de veículos de dupla matrícula, porém, continuam a estar sujeitos ao teste de ácido nucleico, válido por 7 dias. Segundo os pedidos de apoio e as queixas de muitos residentes, alguns não conseguiram ficar isentos do isolamento por não terem requerido o bilhete de residência, enquanto outros, apesar de terem o bilhete de residência de Zhongshan, também têm de sujeitar-se ao isolamento de 14 dias. Segundo alguns residentes, as instituições médicas locais não lhes conseguem disponibilizar o teste de ácido nucleico.

Dada a relação estreita entre Guangdong e Macau, há residentes do Interior da China que trabalham ou estudam em Macau, e há também residentes de cá que se deslocam frequentemente ao Interior da China para visitar familiares ou exercer actividades comerciais ou outras. A nova medida de limitação de entradas e saídas obstrui bastante a sua vida e o seu trabalho. Compreendo que, neste momento, os trabalhos anti epidemia são primordiais, mas a situação epidémica das duas regiões encontra-se num nível controlável, pois os novos casos registados em Macau foram todos importados, e, na sua maioria, foram detectados nas inspecções realizadas nos postos fronteiriços ou durante o isolamento, e também não se verificou na Província de Guangdong qualquer propagação nos bairros comunitários. Em breve, vão ser retomadas as aulas, assim, para evitar os impactos dessa medida na economia e nos empregos locais, espero que, no pressuposto de a epidemia estar controlada, o Governo reforce a negociação com o Interior da China, no sentido de aligeirar a medida de isolamento de 14 dias. Macau e Guangdong devem aligeirar os requisitos para a realização do teste de ácido nucleico, e promover a utilização do código de saúde e o mecanismo do respectivo reconhecimento, optimizando assim a prevenção e o controlo conjuntos.

Quanto ao teste de ácido nucleico, os resultados podem ser reconhecidos entre Hong Kong, Zhuhai e Macau, mas como neste momento Macau só faz o teste para determinadas situações, as pessoas que querem fazê-lo só podem deslocar-se aos hospitais designados por Zhuhai, e têm de ser elas a pagar. O Governo afirmou há dias que estava a tratar do problema, por isso, espero que melhorem quanto antes as respectivas condições, para as pessoas que precisam poderem realizar o teste em Macau. Para além disso, a continuação da referida medida poderá causar pressão económica sobre os grupos desfavorecidos. O Chefe do Executivo garantiu que ia apoiar os alunos transfronteiriços nesse teste, mas nada mencionou quanto a apoiar outras pessoas. Portanto, espero que o Governo alargue a cobertura de apoio, para os idosos, os trabalhadores que precisam de circular entre

fronteiras e os grupos vulneráveis poderem ser beneficiados.

Por último, o relatório das LAG refere que o Governo vai pedir em tempo oportuno ao Governo Central a retoma da emissão de vistos turísticos e o alargamento da emissão destes vistos a mais cidades do Interior da China. Tendo em conta que a situação de epidemia no Continente e em Macau está a ser controlada, crê-se que o referido pedido pode ser aprovado em breve. Nos dias que vêm, o Governo ainda tem de empenhar-se nos trabalhos de prevenção e controlo, prevenindo, de forma rigorosa, a recuperação da epidemia. Mais, com a retoma do trabalho e das actividades, prevê-se que mais pessoas saiam de casa, por isso, as autoridades devem prestar atenção as medidas de prevenção nos locais de trabalho e assegurar que as máscaras e os materiais de prevenção para os trabalhadores sejam suficientes, no sentido de garantir a segurança dos trabalhadores da linha de frente. Devem especialmente pedir aos estabelecimentos de diversões, centros comerciais e restaurantes, entre outros estabelecimentos públicos, para continuarem a fazer bem os trabalhos de limpeza e desinfeção, permitindo uma melhor protecção dos trabalhadores e dos visitantes.

## **IAOD do Deputado Zheng Anting em 23.04.2020**

A pneumonia causada pelo novo tipo de coronavírus é feroz e ameaça gravemente a saúde e a vida dos residentes. Felizmente, a resposta do Governo ao combate à epidemia foi rápida e, graças aos esforços do Governo e do pessoal da linha da frente, a epidemia foi rapidamente controlada em Macau. Porém, a saúde e a vida de muitos residentes que vivem no estrangeiro não estão eficazmente garantidas.

Com a propagação da epidemia pelo mundo e o agravamento da situação no estrangeiro, os pais dos estudantes no exterior estão preocupados com a falta de material de protecção e de cuidados de saúde, e anseiam que os filhos voltem rapidamente para Macau, para minimizar o risco de infecção. Mas é difícil conseguir passagem de avião, pois muitos países deixaram de permitir a passagem em trânsito, e, para se poder embarcar, é obrigatório, na maioria dos países e companhias aéreas, apresentar um atestado com resultado negativo para o novo tipo de coronavírus, só que é impossível fazer o teste nas instituições de saúde pública, quando a pessoa não apresenta sintomas ou não teve contacto com doentes infectados. Isto quer dizer que os residentes de Macau no estrangeiro não conseguem voltar por meios normais.

Ao mesmo tempo, alguns países isolaram as cidades e encerraram os estabelecimentos de ensino, e muitos estudantes não conseguiram ficar nos dormitórios, e apenas podem resolver sozinhos os problemas de alojamento, com poucos apoios. Há falta de equipamentos de protecção e de medicamentos na maior parte das regiões, e os serviços postais não funcionam de forma normal, por isso é difícil enviar medicamentos para essas regiões, havendo situações de escassez de alimentos e de artigos de uso diário. Os encarregados de educação estão preocupados, pois os recursos médicos nesses locais são limitados e os cidadãos dos próprios países não conseguem tratamento adequado, por isso, se os alunos chineses ficarem doentes no estrangeiro, a sua recuperação vai ser ainda mais difícil.

Assim, o Governo deve acompanhar de perto a evolução da epidemia e tomar as devidas medidas, pois, por um lado, deve dominar o número de residentes que estão no exterior e que necessitam de regressar a Macau, contactar com os mesmos e tomar as medidas necessárias para os ajudar a regressar, de forma gradual e ordenada. Devido à grave situação epidémica no exterior, é bastante difícil e complexo conseguir arranjar voos para os residentes regressarem, mas espero que as autoridades possam apoiar aqueles que estudam no exterior, a fim de responder às solicitações dos residentes.

Mais, uma boa parte dos estudantes que estão no exterior, para evitar infecção cruzada e obstáculos decorrentes das medidas provisórias de controlo adoptadas por países de passagem em trânsito, aquando do seu regresso urgente a Macau, optaram por ficar no local onde estão. Espera-se que o Governo consiga dar mais apoio aos que estão no

exterior, por exemplo, enviar-lhes em simultâneo máscaras e medicamentos, entre outros materiais médicos, incluindo aos alunos dos ensinos primário e secundário; e ainda, em coordenação com os consulados da China, disponibilizar-lhes os respectivos canais de socorro, para os residentes de Macau no mundo todo poderem obter apoio em situações de emergência.

## **IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 23.04.2020**

### **Melhorar o sistema de defesa da segurança nacional em Macau e concretizar a generalização do ensino para todos**

O dia 15 de Abril é o Dia Nacional da Educação para a Segurança, um feriado comum a todo o povo chinês, recordando-nos que devemos ter sempre presente a nossa responsabilidade e obrigações, enquanto chineses, de manter a segurança nacional. Enquanto região administrativa especial da República Popular da China, a RAEM é parte integrante do país, devemos por isso assumir a responsabilidade constitucional de salvaguardar a segurança nacional. Vale a pena reconhecer que o Governo da RAEM concluiu, já em 2009, a promulgação da Lei relativa à defesa da segurança do Estado, o que constitui uma medida importante para a concretização da responsabilidade constitucional, a par de consubstanciar o papel activo da RAEM na defesa do princípio "um país".

A segurança nacional foi sempre uma das principais prioridades políticas do Governo da RAEM. A promulgação da Lei relativa à defesa da segurança do Estado contribui para salvaguardar a segurança global do país, a par de promover melhor o próprio desenvolvimento de Macau. Com base nisto foram concluídas, sucessivamente, a regulamentação e revisão de diversos diplomas complementares, nomeadamente, a Lei de combate à criminalidade informática, a Lei de cibersegurança e a Lei de Bases da Organização Judiciária, e foi criada a Comissão de Defesa da Segurança do Estado como principal órgão de decisão. Todos estes trabalhos demonstram os esforços incansáveis do anterior e do actual Governo da RAEM.

Com o constante desenrolar da situação epidémica no mundo, é muito importante que se reforce a consciência sobre a concretização do conceito geral de segurança nacional e se coordene bem a segurança tradicional e a não tradicional. A meu ver, o novo Governo pode aproveitar esta ocasião para aumentar o conhecimento do público sobre o teor da segurança nacional que inclui 12 áreas principais, tais como política, território, tecnologia, segurança biológica, etc., sensibilizando o público sobre a defesa da segurança nacional e integrando a ideia e a essência de segurança nacional em todas as áreas da acção governativa e na vida da população.

Assim, sugiro o seguinte:

1. Acelerar o aperfeiçoamento dos trabalhos legislativos complementares. Com base na Lei relativa à defesa da segurança do Estado, as autoridades devem acelerar os trabalhos legislativos na área da defesa da segurança nacional, tais como o Regime jurídico do controlo de migração, permanência e autorização de residência e Intercepção e Protecção de Comunicações, etc., no sentido de apresentá-los, quanto antes, à Assembleia Legislativa para efeitos da apreciação e de avançar com a sensibilização respectiva. Mais, a Comissão de Defesa da Segurança do Estado vai cooperar no desenvolvimento do país e da RAEM e estar atenta às variações conjunturais ao nível internacional, analisando a

realidade e aperfeiçoando o direito positivo, por forma a dar resposta aos riscos e desafios de segurança, previsíveis ou difíceis de prever.

2. Reforçar a divulgação do “Conhecimento Geral sobre o Conceito de Segurança Nacional”. O Governo e o Gabinete de Ligação organizaram 2 edições da Exposição sobre a Educação da Segurança Nacional, e este ano, uma exposição online, face ao combate à epidemia, para garantir a visita sem limitações de local ou tempo, o que merece o nosso reconhecimento. Há que continuar a fazer bom uso da internet e generalizar a educação, potenciando mais a exposição online “Introdução da Segurança Nacional nas Escolas”, para a sociedade, sobretudo os jovens, ter um conhecimento mais global e profundo sobre a segurança nacional, e sobre as nossas responsabilidades perante o País e a sociedade.

3. Criar um sistema de prevenção de epidemias adequado a Macau. Face ao impacto da Covid-19, o País integrou a segurança biológica na segurança nacional. Assim, o Governo deve aperfeiçoar, quanto antes, o conjunto de *software* e *hardware*, concluindo o Edifício de Doenças Infecto-Contagiosas e o Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas. Há que retirar ensinamentos e criar planos de emergência, aprendendo com o “Plano de contingência relacionado com a saúde pública da China” e o seu regime de classificação, para estudar a criação de um sistema de prevenção de epidemias para a realidade de Macau, definindo pormenorizadamente as medidas a adoptar pelos serviços públicos em diferentes níveis de gravidade, e a reserva de material de combate a epidemias. Tudo isto para fazer face a incidentes de saúde pública, e defender melhor a segurança biológica do País e de Macau.

## IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 23.04.2020

### **É preciso actuar para acabar com a desactualização das leis**

De acordo com residentes, a desactualização das leis é uma questão que preocupa a população, mas ainda não foi resolvida. Todos falam do problema, incluindo o Governo, mas ninguém faz nada. Se a situação continuar, a credibilidade do Governo vai ser abalada, e o desenvolvimento suave de Macau vai ser prejudicado. A Lei das aquisições, por exemplo, entrou em vigor há 30 anos, e desde 2013, quando propus a sua revisão, já se passaram 3 mandatos de Governo, mas o processo legislativo ainda não começou, e não se sabe quando vai começar.

Por falar de processo legislativo, é incontornável referir a dificuldade de entrar nas fracções para reparar as infiltrações, e os arrendatários trapaceiros. Desde 2015, a nossa equipa propôs várias vezes que o Governo revisse as leis, mas até ao momento, este ainda não tem nenhum diploma, nem medidas viáveis para resolver estes problemas, que incomodam os residentes. Quanto às infiltrações, alguns residentes sentem que o Governo, quando questionado sobre a revisão das leis, dá sempre a mesma resposta, diz que compreende a gravidade, mas é preciso estudar, atendendo à complexidade das leis, sem nunca fixar uma data para o efeito. Se os governantes se preocupassem realmente com a população, colocar-se-iam no lugar dos outros, e trocariam de lugar com os residentes afectados, durante uns dias ou uma semana, para experienciar a miséria de ter infiltrações em casa. Será que assim iam aprofundar os estudos e acelerar a revisão das leis? Quanto aos arrendatários trapaceiros, os residentes pediram para perguntar o seguinte: a resposta mais frequente do Governo é que se vai analisar e estudar para encontrar uma solução. Então, já encontrou? Como há contrato de arrendamento e as rendas em dívida são um facto, é possível resolver o problema rapidamente, sem contratar advogado?

Assim, de acordo com especialistas, académicos e residentes, a inacção dos governantes quanto à desactualização das leis é apenas a ponta do icebergue, e o actual Governo tem de dar uma resposta. Alguns residentes pediram para perguntar ao Governo o seguinte: face ao impacto da Covid-19 na economia, os serviços públicos actuaram unidos e destemidos, e já se avista a luz ao fundo do túnel, o que evidencia competência dos governantes, e merece o nosso elogio. Porém, para os problemas como os dois exemplos citados, porque é que o Governo não pode pensar pela população e resolver, quanto antes, os seus problemas?

## **IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 23.04.2020**

### **Construir, quanto antes, o depósito intermediário temporário de combustíveis na Ilha Artificial. Inovar o regime de gestão e aumentar a concorrência**

No ano passado, na resposta à interpelação de um deputado, o Governo revelou que ia mudar o depósito intermediário temporário de combustíveis da Ilha Verde para a zona sob jurisdição de Macau na Ilha Artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, que o local já tinha sido escolhido, e que se aguardava o planeamento dos terrenos por parte dos serviços de obras públicas. Porém, até ao momento, ainda nada se viu. O Governo deve mudar, quanto antes, o referido depósito para a Ilha Artificial, isto é, afastado das zonas residenciais, a fim de garantir a segurança comunitária. Além disso, deve prestar atenção ao facto de o preço de venda do gás butano estar sujeito ao regime de gestão e exploração de infra-estruturas (o depósito intermediário de combustíveis tem sido gerido conjuntamente por cinco fornecedores), o que resultou nos fenómenos de monopólio, fixação conjunta de preços e “aumento imediato e redução tardia”, deixando a população insatisfeita. O novo Governo deve resolver, quanto antes, as necessidades da população.

Sob a liderança do novo Governo, há que concretizar, quanto antes, a construção do depósito intermediário de combustíveis na Ilha Artificial, e que inovar o regime de gestão e exploração dos depósitos intermediários de combustíveis, com vista a promover a concorrência leal na venda por grosso e a retalho de gás butano, permitindo a participação justa de mais operadores locais, e atenuando os referidos fenómenos. O Governo deve iniciar, quanto antes, a construção do referido depósito na Ilha Artificial, e divulgar a calendarização prevista para a sua conclusão e para a inovação do regime.

## **IAOD da Deputada Leong On Kei em 23.04.2020**

O Chefe do Executivo afirma, no relatório da LAG, que vai acelerar a construção da cidade inteligente, empenhando-se em transformar a RAEM numa das regiões mundialmente mais avançadas na utilização de tecnologias informáticas, com vista à integração profunda da tecnologia informática na modernização urbana. O pagamento electrónico é um dos símbolos da cidade inteligente e muito popular em muitos países e regiões. Por exemplo, no Interior da China, o pagamento electrónico está já muito amadurecido, e basta utilizar um telemóvel para pagar diversos serviços. Esta forma de pagamento pode contribuir para promover uma “sociedade sem dinheiro” no dia-a-dia. Nos últimos anos, o Governo tomou a iniciativa de promover o desenvolvimento do pagamento electrónico, e já há mais pessoas a utilizar esta forma de pagamento, mas quanto ao grau de popularidade, Macau está, de facto, atrasada face às regiões e cidades vizinhas, por isso, continua a ter de melhorar as diversas vertentes nesta matéria. Estamos ainda longe da cidade inteligente.

Numa conferência de imprensa recente, o Chefe do Executivo afirmou que o lançamento dos cartões de consumo electrónicos tem como objectivo principal promover o pagamento electrónico, fazendo com que as mini-empresas, como vendilhões, estejam dispostos a instalar o equipamento, promovendo-se assim a generalização desta forma de pagamento, acrescentando que é de crer que os referidos cartões produzam determinado efeito para incentivar as mini, pequenas e médias empresas a oferecerem serviços de pagamento electrónico.

O pagamento electrónico ainda não está generalizado em Macau, mas estão disponíveis mais instrumentos de pagamento electrónico do que no Interior da China. Com vista a incentivar os diversos sectores a participar nos serviços de pagamento electrónico e à sua ampla utilização em diversas áreas, o Governo deve, consoante a realidade local, criar uma plataforma integrada e uniformizada, e lançar medidas eficazes para apoiar o seu desenvolvimento, incluindo acções de divulgação e legislação complementares. Os dispositivos de pagamento electrónico requerem uma ligação segura e estável à internet, portanto, o Governo deve exigir aos operadores de telecomunicações que reforcem a segurança da rede, para que os cidadãos e os turistas efectuem o pagamento dos diversos serviços de forma conveniente, acelerada e segura. Deve ainda aumentar a taxa de generalização do pagamento electrónico e fazer com que o mesmo cubra todos os aspectos económicos, isto é, permitir o uso do pagamento via telemóvel nos serviços públicos, trocas comerciais, consultas médicas, autocarros e até mercados. Com isto, os cidadãos podem poupar tempo e elevar a eficiência no tratamento dos assuntos, e as PME podem concretizar a informatização das operações de tesouraria, reduzindo assim os custos. Enquanto membro da Grande Baía, Macau, ao criar serviços de pagamento electrónicos, deve sincronizá-los com os das cidades da Grande Baía, de modo a promover a integração do sistema de pagamento das cidades da Grande Baía, aprofundando a integração de Macau no desenvolvimento da Grande Baía.

2020-04-23 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

**"Face ao Covid-19, o Governo devia ter o cuidado de implementar logo de início medidas temporárias e excepcionais de protecção dos postos de trabalho"**

Devido ao Covid-19 e à falta de segurança, garantia e estabilidade dos empregos, muitos trabalhadores perderam a sua "tigela de arroz" em Macau.

Muitas empresas "fecharam" e outras, por indicação das autoridades sanitárias, suspenderam as suas actividades.

O Governo "reagiu" tardiamente com medidas de apoio às empresas e subsídios avulsos, contudo muitos trabalhadores foram forçados a tirar férias ou mesmo obrigados a declarar por escrito que pretendiam deixar os seus empregos.

Durante a pandemia do Covid-19, Governo não teve o cuidado de implementar medidas excepcionais e temporárias de manutenção dos postos de trabalho resultando num aumento significativo de desempregados neles incluídos os trabalhadores em regime de tempo parcial.

No decurso da pandemia do Covid-19 muitos países desenvolvidos proibiram os despedimentos e suportaram parte substancial dos salários. Por exemplo, o governo dinamarquês garantiu o pagamento de 75% dos salários dos trabalhadores (até ao máximo de 3 mil euros por mês) e os restantes 25% são pagos pelos empregadores.

O objectivo principal destas medidas é evitar despedimentos em massa ou despedimentos camuflados em férias forçadas sem salários como está acontecer em Macau.

Se hoje tivéssemos legislação respeitante à negociação colectiva não haveria de certeza absoluta números tão elevados de férias forçadas sem salário.

O Governo devia ainda ponderar um subsídio adicional de desemprego concedidos aos trabalhadores das empresas que foram obrigados a reduzir o horário de trabalho devido às especiais circunstâncias da pandemia.

A instabilidade e falta de segurança dos postos de trabalho tem criado enormes problemas nas famílias devido à quebra substancial de rendimentos muitas delas com amortizações e dívidas bancárias por pagar.

Mais uma vez chamo a atenção do Governo para regulamentar com celeridade a legislação sindical e negociação colectiva para salvaguarda dos mínimos direitos dos trabalhadores.

Muito Obrigado!

O Gabinete do Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau aos 23 de Abril de 2020.

José Pereira Coutinho

## IAOD da Deputada Lam Iok Fong em 23.04.2020

### **O preço do petróleo caiu abaixo de zero, o Governo deve empenhar-se na definição de um mecanismo de ajustamento**

Recentemente, houve novas oscilações no preço do petróleo, no mercado de futuros. Devido ao surto epidémico e à ruptura, em Março passado, do acordo sobre o limite de produção entre os países produtores, em 20 de Abril houve uma queda sem precedentes do preço do petróleo. Para entrega em Maio, segundo o *West Texas Intermediate* (WTI), o preço do barril de petróleo caiu pela primeira vez na história abaixo de zero, com cada barril a 37,63 dólares americanos negativos, o que simboliza excesso de fornecimento de petróleo bruto. Para os oleodutos não ficarem entupidos e poupar espaço de armazenamento, foi necessário “subsidiar a venda” do petróleo, o que significa que o petróleo “está mais barato do que a água mineral”.

Olhando para o preço médio do petróleo ao nível internacional, a descida de cerca de 67 dólares por barril, no início de Janeiro deste ano, para cerca de 22 dólares por barril, em 26 de Março, representa uma queda de 67%. Com excepção dessa queda chocante do WTI, não houve grandes oscilações do preço do petróleo noutros países produtores. Embora o preço negativo do petróleo nos Estados Unidos não seja suficiente para demonstrar a realidade, e também não tenha impacto directo sobre Macau, que importa principalmente produtos petrolíferos da Arábia Saudita, Hong Kong e Interior da China, esse fenómeno não deixa de ser um alerta para todos nós.

Mais, os residentes têm criticado o aumento rápido e a diminuição lenta do preço dos principais produtos petrolíferos de Macau, por exemplo, a gasolina sem chumbo, o gasóleo com baixo teor de enxofre e o gás butano. Muitas vezes, quando o preço internacional do petróleo começa a aumentar, as empresas aumentam logo, mas, quando o preço baixa, a sua diminuição é lenta e, mesmo que haja uma redução, é muito pequena e não condiz com o preço do mercado internacional. No passado dia 1 de Janeiro, quando o preço do petróleo ainda não tinha descido muito, o preço de venda a retalho da gasolina sem chumbo 98 era de 13,05 patacas por litro e agora é de 11,43 patacas, uma descida de apenas 12,4%. Os preços em Zhuhai, no mesmo período, foram de 9,46 e 7,81 patacas, ou seja, uma descida de 17,4%, uma diferença de 5% em relação a Macau. Mais, até ao dia 20 de Abril, Zhuhai ainda reduziu os preços, um ajustamento mais atempado, enquanto em Macau a última redução foi no dia 1 de Abril. No que respeita ao gasóleo de baixo teor de enxofre, o preço no princípio do ano em Macau era de cerca de 14,67 patacas por litro e, actualmente, é de 13,13 patacas, uma redução de 10,4%. Em Hong Kong, o preço era de 14,9 dólares, passando depois para 13,5 dólares, uma redução de 9,3%. Embora a redução do preço em Macau seja um pouco maior do que a de Hong Kong, a última descida de preços registada em Hong Kong foi em 17 de Abril, e aqui foi em 2 de Abril. Pelo exposto, comparando com as regiões vizinhas, o mecanismo de redução do preço de petróleo em Macau ainda tem espaço para melhoria, pois a redução e a frequência do ajustamento são bastante baixas, o que é um problema.

Com a queda vertiginosa do preço do crude e a situação da epidemia, a economia mundial entrou em recessão e o mercado de valores, em abalo. A procura e os rendimentos reduzem-se. O preço do combustível tem uma íntima ligação com a vida dos residentes, portanto, se o seu ajustamento acompanhar a real situação, alivia as dificuldades dos residentes. É de referir que, face a essa queda, a CEM anunciou há dias que vai reduzir a tarifa em 2 avos a partir do 2.º trimestre. Espero que o Governo reveja a situação e exorte as empresas e os fornecedores de combustíveis a reduzirem atempadamente o preço dos produtos petrolíferos, para ficarem mais perto do seu preço no mercado internacional e da situação nas regiões vizinhas, em benefício dos residentes. Em termos de política a médio prazo, espero ainda que o Governo estude um mecanismo de redução.

Por serem os requisitos muito exigentes para o acesso ao mercado, o fornecimento de produtos petrolíferos está sob o controlo, desde longa data, de determinadas empresas. O Governo deve assim rever a legislação, para evitar a possibilidade de acordo de preços entre elas. Mais, havendo ainda um fosso significativo entre o preço do petróleo importado e o de venda a retalho (6,46 contra 11,17 e 11,58 por litro para a gasolina sem chumbo), pois há uma diferença de 40%. Será que, depois de deduzidos os salários para o pessoal, os custos de transporte e de acondicionamento, é o seu preço razoável? Sendo ainda pouco transparente esse tipo de informações, como é que se irá reforçar no futuro o mecanismo de fiscalização? Vai pensar-se em integrar o seu fornecimento no sector público? Ou alterar o regime de acesso ao mercado, introduzindo a competitividade? Ou até introduzir o gás natural, considerado o mais barato e limpo? Espero ainda que sirva de lição para o Governo os abalos do preço, para o controlar.

## IAOD do Deputado Au Kam San em 23.04.2020

### **Um estudo grosseiro não serve como fundamento para legislar. Há que proceder, quanto antes, à consulta pública sobre o conceito “terras de Macau para as gentes de Macau”**

Há uns anos, as autoridades encarregaram uma equipa de investigação da Universidade de Macau de realizar um estudo e apresentar um relatório sobre as “terras da Zona dos Novos Aterros destinadas aos residentes de Macau”. Com base nas conclusões desse relatório de estudo, o Governo concluiu o seguinte:

Primeiro, há que prestar atenção às conclusões da equipa de investigação da Universidade de Macau sobre a política “terras de Macau para as gentes de Macau, segundo as quais é difícil chegar a um consenso na sociedade local, e o efeito real de ajudar os residentes a comprar casa não é óbvio”.

Segundo, a política “terras de Macau para as gentes de Macau” implica várias questões sociais e jurídicas, incluindo a Lei da habitação económica, cuja alteração ainda não acabou. Qual será a diferença entre o programa habitacional para as “terras de Macau para as gentes de Macau” e o actual planeamento habitacional? Como é que o primeiro vai complementar a habitação pública?

Terceiro, uma questão prévia que deve ser abordada é como tornar esta política das “terras de Macau para as gentes de Macau” compatível com os princípios da Constituição Nacional e da Lei Básica de Macau.

Com base nisto, o Governo concluiu que não estão reunidas as condições para apresentação da referida política. Na ausência de consenso entre os vários sectores de Macau sobre o conceito “terras de Macau para as gentes de Macau”, e quando as questões jurídicas relevantes e mesmo as principais questões ainda não foram devidamente resolvidas, o Governo não está em condições de realizar a consulta pública, o que implica que não está em condições nem é necessário legislar sobre o assunto.

Porém, a conclusão do Governo baseou no relatório de estudo da Universidade de Macau. Se o próprio relatório tiver falhas nos seus argumentos, as conclusões tiradas nesta base podem ser enganadoras para o público e prejudiciais para as gerações vindouras.

Primeiro, o relatório defende que a sociedade não chegou a um consenso sobre a política, o que é verdade, até porque nem os investigadores tinham uma noção clara. A política “terras de Macau para as gentes de Macau”, que temos defendido, não é abstracta, antes sim tem os novos aterros urbanos como enquadramento espacial, estabelecendo que as casas a construir nestes terrenos só podem ser vendidas ou revendidas a residentes da RAEM. Dado que o Governo Central aprovou os novos aterros para “aliviar a grave escassez de recursos de solos da RAEM e melhorar a qualidade de vida da população”, a implementação de “terras de Macau para as gentes de Macau nos novos aterros urbanos” concretiza plenamente a política das Autoridades Centrais. Porém, a ideia do Governo é pouco clara sobre esta questão, e foi a partir desta que foi feito o estudo e retirada a

referida conclusão. É mesmo uma atitude imprudente e irresponsável. O consenso da sociedade não é um dado adquirido, é alcançado através da apresentação suficiente dum conceito claro, e da auscultação das opiniões na consulta pública. O Governo não deve cruzar os braços, alegando a falta de consenso social.

Segundo, de acordo com o relatório, a política não vai produzir efeitos notórios para apoiar os residentes na aquisição de casa. Isto é especulação sem fundamento. Em muitos terrenos concedidos, foram construídas casas incomportáveis para os residentes, o que é um desperdício de recursos de terra. O objectivo dos empresários é maximizar os lucros. Quando se aplicar a referida política, isto é, as casas a construir só podem ser vendidas aos residentes de Macau, durante x anos ou para sempre, qualquer empresário racional só vai construir casas adequadas à capacidade económica dos residentes, atendendo às realidades do mercado e ao poder de compra, pois só assim é que conseguirá maximizar os lucros. Com esta política e a decisão racional, de natureza comercial, dos empresários, os residentes podem comprar uma casa que corresponda à sua capacidade económica. Nesta perspectiva, a referida conclusão do relatório é, sem dúvida, demasiado imprudente.

Terceiro, segundo o relatório de estudo, “suspeita-se que a política de ‘terras de Macau para as gentes de Macau’ seja incompatível com a Lei Básica e o mercado livre, enquanto posicionamento económico de Macau”. No entanto, o Governo acabou por reconhecer que esta política não corresponde aos princípios consagrados na Constituição da RPC e na Lei Básica, portanto, há que resolver, em primeiro lugar, a questão da articulação entre esta política e os referidos princípios. Tenho reparado que a equipa de estudo apenas chegou à conclusão de que “a política de ‘terras de Macau para as gentes de Macau’ é incompatível com a Lei Básica e o mercado livre, enquanto posicionamento económico de Macau”, mas as autoridades estão a falar da Constituição, o que é bastante ridículo. Na nossa opinião, a política “terras de Macau para as gentes de Macau” é a concretização do objectivo dos aterros autorizados pelo Governo Central, e o que está em causa é apenas o direito de uso do terreno, e não o direito de propriedade do terreno, portanto, não é possível contrariar o princípio da Lei Básica. A referida política baseia-se no modelo de oferta e procura no mercado livre e “é incompatível com o mercado livre, enquanto posicionamento económico”, o que é totalmente absurdo. Por outro lado, não faz sentido que o Governo use o pretexto da articulação para arrastar a situação.

Apelo às autoridades para iniciarem, imediatamente, a consulta pública sobre a política “novos aterros urbanos para as gentes de Macau”, no sentido de se chegar a um consenso social.

## **IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 23.04.2020**

### **Repor a justiça na habitação para os jovens**

A habitação dos jovens é uma bomba relógio que preocupa todas as gerações e classes. Sob a aparência de cidade rica, os jovens vivem em difícil situação habitacional, o que tem afectado os seus planos de vida, o desenvolvimento profissional e o sentimento de pertença.

O índice da acessibilidade à habitação de Macau tem sido um dos piores do mundo, com muitos jovens a viverem em casas antigas compradas pelos pais há décadas. Quando os filhos acabam os estudos e têm idade para casar, tornam-se caracóis sem concha, pagando rendas elevadas, ou escravos da casa, pagando prestações caras. Para comprar uma casa no mercado livre, um jovem tem de poupar dinheiro durante 20 anos, sem comer nem beber. Estamos numa era em que não se consegue uma casa, mesmo apertando o cinto e comendo massa instantânea todos os dias. Quando a maioria das pessoas vive a pagar prestações, o desenvolvimento diversificado e a inovação da sociedade ficam asfixiados. Infelizmente, os anteriores Governos nada fizeram em relação às solicitações dos jovens quanto à aquisição de casa em Macau.

Por um lado, muitos terrenos foram concedidos e utilizados de forma arbitrária, o que acaba por comprimir mais a oferta de habitação, tornando inúteis as várias medidas drásticas para controlar os preços das casas no mercado privado. Ao mesmo tempo, nos 2 concursos para habitação económica, lançados nos últimos 6 anos, os jovens acabam por ser figurantes, pois a oferta foi insuficiente e as regras foram injustas. Mesmo assim, aquando da legislação sobre a habitação social e a habitação económica, o Governo propôs tornar o requisito de idade ainda mais rigoroso, levando as pessoas a sentir que em vez de dar carvão quente, o Governo deu geada a alguém já na neve, pois incitou à discriminação e ao conflito entre os jovens.

No seu 1.º Relatório das LAG, o Chefe do Executivo afirma que vão ser proporcionadas, aos residentes, condições de aquisição de casa própria, procurando dar resposta, especialmente, às necessidades dos residentes da «classe sanduíche» e dos jovens. A definição de «classe sanduíche» será clarificada num projecto de diploma específico, a elaborar na sequência de consulta pública. Parece que isto deixa na sociedade um lampejo de esperança ao nível da habitação dos jovens, porém, não devemos ser demasiado optimistas, visto que há, de facto, muitas questões que terão de ser acompanhadas continuamente, devemos, sobretudo, retirar os devidos ensinamentos decorrentes da consulta pública sobre o Plano de Aquisição de Imóveis para Habitação por residentes de Macau em 2014.

Na altura em que a consulta pública foi realizada, a dimensão da reserva de terrenos do Governo foi reduzida e os locais de habitação não foram clarificados, por isso, a maioria das opiniões contrárias foi fruto da preocupação de que as habitações da classe

sanduíche resultariam numa luta pelos recursos originais da habitação pública, pondo em causa o acesso a uma fracção por parte dos residentes da classe baixa. Não obstante as preocupações de alguns residentes, continuaram a registar-se 732 opiniões na ficha de consulta, que foi a maior fonte de opiniões, o que significa que mais de 90% (93,2%) concordava com a implementação do Plano. Apesar das outras fontes de opiniões, incluindo 70 opiniões de associações e 157 opiniões de diversos canais, terem sido contra ou inequívocas, tratou-se afinal de uma minoria. Contudo, o Governo acabou por chegar à conclusão errada de "polarização da opinião pública", e desperdiçou mais seis anos.

O Governo já anunciou a retoma de muitos terrenos não aproveitados. Após a promulgação do Plano Director, começa imediatamente o planeamento detalhado do zoneamento, e pode-se, ao mesmo tempo, seleccionar os locais adequados para a construção de habitações para a classe sanduíche. Mais, as várias parcelas de terreno na Zona A dos Novos Aterros entrarão, sucessivamente, nas fases de planeamento, concepção, abertura de concurso e construção nos próximos anos. Pode, então, considerar-se aproveitar as 4 mil fracções privadas ali construídas como habitações para a classe sanduíche. Ao lançar a consulta pública sobre as habitações para esta classe, o Governo deve deixar claro que tais habitações nunca irão competir pelos recursos originais da habitação pública, de modo a dissipar as preocupações de alguns residentes e a permitir à sociedade concentrar-se em "como fazer", em vez de ficar sempre na fase de "fazer ou não fazer".

Além disso, é bastante importante clarificar o posicionamento da habitação para a classe sanduíche. Se este tipo de habitação tem uma classe superior à habitação económica, tal como afirmou o Chefe do Executivo, então, vai ser dada preferência aos residentes permanentes? Haverá uma sobreposição dos seus limites de rendimento e património com os da habitação económica? Trata-se de habitação privada totalmente posta à venda ou vai ser criado um mecanismo de "arrendar primeiro e comprar depois"? O que preocupa a população é esse tipo de habitação ser como as residências para jovens em Hong Kong, que serve apenas para resolver as necessidades prementes de arrendamento, pois ao fim de um determinado tempo é necessário deixá-las. Será que se trata apenas de adiar, por alguns anos, a questão de não se conseguir comprar casa?

O Governo deve clarificar a relação entre a classe sanduíche e os jovens, pois esta nem sempre é jovem, e nem todos os jovens pertencem a esta classe. Se houver uma definição incorrecta e uma distribuição injusta, muitas pessoas que estão em idade de casar, recém-casados e jovens solteiros poderão ser excluídos, e o seu desejo de adquirir um novo tipo de habitação será frustrado.

O novo Governo já definiu uma pequena parte dos planos para apoiar os jovens a comprar casa, portanto, deve avançar, quanto antes, com a respectiva consulta pública para recolher as opiniões do público, nomeadamente, acolher as opiniões dos jovens, resolvendo, quanto antes, os factores de instabilidade social, pôr fim ao descontentamento da população e defender a justiça na habitação!

## IAOD do Deputado Si Ka Lon em 23.04.2020

### **Retomar, o mais rápido possível, a apreciação dos pedidos de fixação de residência**

No relatório das LAG, o Chefe do Executivo refere claramente que os talentos são o primeiro recurso para o desenvolvimento social. Macau deve acompanhar o ritmo do desenvolvimento social, formar e reunir diversos tipos de talentos e, através da importação e atracção de talentos necessários ao desenvolvimento social, ultrapassar os obstáculos resultantes da falta de recursos humanos. Mas, depois de o CCAC ter revelado, em 2018, a existência de problemas na apreciação e autorização dos pedidos de fixação de residência, o IPIM lançou medidas de melhoria a curto e médio prazo, como, a revisão de todos os pedidos de fixação de residência, a criação em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento de Talentos de uma lista de talentos com prioridade para os sectores, a revisão da lei e o aperfeiçoamento dos procedimentos de apreciação e autorização. Mas, há quem foque a falta de eficácia dos resultados do passado, com o efeito de as pessoas terem medo de falar do tema da importação de talentos, o que é preocupante.

Nos últimos dias, recebemos muitos pedidos de apoio, envolvendo a lentidão na aprovação dos pedidos de renovação e emissão do certificado de confirmação de residência. Segundo os mesmos, após a divulgação do relatório do CCAC no segundo semestre de 2018, os pedidos novos, e os de renovação e confirmação têm estado quase em estado de “congelamento”. Muitos pedidos já foram apresentados há mais de um ano, e alguns até há quase três anos, mais ainda não foram aprovados, por isso, as famílias que querem obter bilhete de identidade de residente não permanente através de investimento ou do plano de talentos estão preocupadas.

Segundo os dados disponíveis, até Outubro de 2019, de entre os mais de 1600 casos revistos, houve problemas com apenas 60 e tal, e a maioria estava em situação regular. Concordo perfeitamente com a introdução de verdadeiros quadros qualificados e com a necessidade de acelerar o aperfeiçoamento da política de fixação de residência, mas os trabalhos de apreciação e autorização não devem ser suspensos. Neste momento, Macau encontra-se na fase de aceleração da diversificação das indústrias e de promoção da reforma da gestão social, assim, precisamos de estabilizar esses residentes não permanentes com capacidade profissional e de investimento, para que possam investir aqui e trabalhar com tranquilidade.

Quanto a isto, acho que se pode começar a trabalhar a partir de 4 aspectos: primeiro, reforçar a coordenação dos serviços, definir uma calendarização clara, acelerar a revisão do Regulamento Administrativo n.º 3/ 2005 e definir normas jurídicas e instruções internas claras. Segundo, como a lista de fixação de residência dos quadros dirigentes e técnicos especializados é alterada de acordo com o desenvolvimento social e a evolução das indústrias locais, devem ser aplicadas aos novos pedidos “as regras actualizadas”, e aos já apresentados, “as regras que vigoravam na altura”. Terceiro, acelerar a revisão interdepartamental dos pedidos de renovação, classificando-os consoante o seguinte: os pedidos que preenchem os requisitos exigidos, os que têm falta de documentação, os que

têm de obedecer a condições adicionais e os que não preenchem os requisitos. Quarto, confirmar a situação de trabalho e de fixação de residência do requerente em Macau, através dos megadados interdepartamentais, como, informações fiscais e de entrada e saída, e simplificar os procedimentos de confirmação de sete anos consecutivos de residência em Macau, na qualidade de residente não permanente.

## **IAOD da Deputada Song Pek Kei em 23.04.2020**

### **Há que alargar a oferta de carne e de gás para que os residentes não sofram preços elevados**

No Relatório das LAG do novo mandato do Governo, o plano para o futuro desenvolvimento de Macau é fascinante e tem um rumo bastante claro. Em especial, com o apoio do País, o desenvolvimento entre Hengqin e Macau vai criar grandes oportunidades e espaço para Macau. Isto deixa-nos com maiores expectativas e confiança no futuro desenvolvimento. É de crer que, sob a liderança do Chefe do Executivo, Macau vai conseguir ultrapassar as dificuldades, encaminhando-se para o rumo do desenvolvimento. A sociedade deposita muitas expectativas no actual Governo, porque, sobretudo, este consegue fazer face aos actuais problemas de desenvolvimento e até tem a coragem de resolver as questões difíceis que envolvem os interesses adquiridos, isto é, exigir às empresas do jogo que assumam responsabilidades sociais. Tudo isto está registado na nossa mente, e espera-se que o Governo o faça mesmo, contribuindo para o bem da população e estabilizando o desenvolvimento de Macau.

O futuro é importante, mas a actualidade ainda é mais. A maior solicitação dos cidadãos prende-se com a inflação. Hoje em dia, tudo é caro em Macau. Para já, as casas são caras, e só há um importador de carnes frescas de porco e vaca, portanto, não há remédio, se não se conseguir comprar carne de porco. Agora, até os legumes são caros, aliás, no mercado, onde são isentas as rendas e despesas com água e electricidade, um cate de grelos custa 16 patacas, mas só custa 8 patacas nas lojas de rua, onde é necessário assumir os custos do negócio, como salário, renda, água e electricidade. Os cidadãos não percebem porque há esta diferença tão grande! Afinal, onde está o problema? Outro caso pertinente é o do petróleo. Agora, no mercado futuro, um barril de petróleo pode atingir um preço negativo, mas uma botija de gás butano continua a custar 222 patacas. Em Macau, tudo é importado, e é normal que o aumento seja mais rápido do que a redução. Os cidadãos apenas podem “engolir” e é pior no caso das camadas inferiores. Quanto às PME, o seu ambiente de negócio ficou ainda mais difícil. Em resposta ao apelo do novo Governo, alguns sectores reduziram o preço respectivo, e algumas empresas de capitais chineses até fizeram, através de subvenções, estabilizar o preço da oferta, assumindo as responsabilidades sociais. Mas a redução é limitada e não resolve os problemas que existem em Macau há muito tempo e que estão relacionados com a garantia do bem-estar.

O novo Governo dá importância ao desenvolvimento dos meios de vida da população, e os Serviços de Economia, o Conselho de Consumidores, o Instituto para os Assuntos Municipais (IAM), entre outros, reforçaram as inspecções de oferta e venda de produtos, e de transparência de preços, com cooperação interdepartamental, para permitir aos cidadãos melhores escolhas. Perante a epidemia, muitos trabalhadores da linha de frente envidaram todos os esforços para garantir o fornecimento de produtos relacionados com a vida da população. Mas num curto espaço de tempo não se pode resolver este velho problema, e, sim, através de regimes, nomeadamente, há que acelerar o aperfeiçoamento das leis e

regulamentos de fiscalização, assumir uma visão prospectiva e prosseguir no desenvolvimento geral de Macau, para quebrar mercados irregulares, como o monopólio e a cartelização, etc., e liberalizar de forma activa o mercado, e orientar o seu desenvolvimento ordenado e saudável.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Reforçar a coordenação e o apoio dos sectores em causa, estabilizar o fornecimento das importações face às flutuações económicas externas, aproveitando, em especial, as vantagens do regime de Macau, tentar obter o apoio de departamentos relevantes ou das empresas de financiamento chinês para alargar os canais de abastecimento, a fim de garantir o fornecimento estável dos produtos essenciais a curto prazo.

2. Aperfeiçoar o mecanismo de acesso ao mercado e liberalizar o mercado, permitir que mais empresas participem no fornecimento de produtos frescos e vivos, e desenvolver o mecanismo de concorrência justa, para melhor garantir a vida da população.

3. Aperfeiçoar o regime jurídico de fiscalização de Macau, nomeadamente, acelerar a produção da “Lei contra o Monopólio”, a fim de fiscalizar os produtos relacionados com a vida da população, para esta ser plenamente salvaguardada.

## **IAOD do Deputado Lao Chi Ngai em 23.04.2020**

### **Algumas reflexões sobre a promoção do desenvolvimento da indústria de medicina tradicional chinesa em Macau**

A indústria da medicina tradicional chinesa tem sido uma das orientações importantes para o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau. O Chefe do Executivo referiu anteontem que se deve aproveitar as vantagens do poder legislativo independente de Macau, aperfeiçoar, quanto antes, o regime relativo ao seu registo e promover essa indústria de Macau para a Grande Baía. Concordo com o ponto de vista do Chefe do Executivo. Isto pode, sem dúvida, criar melhores condições para o desenvolvimento dessa indústria e facilitar a ligação entre Macau e o mercado do Interior da China. Pessoalmente, apoio e espero que a proposta de lei intitulada “Regime jurídico relativo ao registo de medicina tradicional chinesa” seja aprovada quanto antes.

Nos últimos anos, a indústria da medicina tradicional chinesa de Macau tem dependido do Laboratório de Referência do Estado e obtido bons resultados na investigação científica e na formação de talentos, mas o seu desenvolvimento é insuficiente. Devemos reflectir e aprender com o desenvolvimento da “Medicina Kampo” no Japão, aproveitando as vantagens do regime de “um país, dois sistemas”, para desenvolver o papel daquela indústria na promoção da diversificação da economia. Estas são algumas das minhas reflexões:

Primeiro, incentivar o estabelecimento em Macau da sede internacional das empresas de medicina tradicional chinesa com capacidade. Macau tem uma plataforma internacional de inovação científica e tecnológica para essa medicina, e o Interior da China tem uma boa base industrial e também a necessidade de explorar o mercado internacional. A industrialização da medicina tradicional chinesa em Macau exige cooperação activa e articulação, a fim de atrair grupos ou empresas competentes do Interior da China para se instalarem no mercado de 70 milhões de pessoas da Grande Baía, ou no de 1,4 mil milhões de pessoas da China. Essa cooperação promove em conjunto a industrialização, a internacionalização e a expansão para os países do Sudeste Asiático, e para os países de língua portuguesa e os mercados internacionais, contribuindo para a diversificação adequada da economia de Macau.

Segundo, integrar o conceito da indústria de medicina tradicional chinesa no desenvolvimento de Macau. Com a construção da zona de cooperação aprofundada entre Guangdong e Macau, e do ajustamento e desenvolvimento do papel do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa Guangdong-Macau, deve-se proceder à combinação orgânica desta medicina com o turismo para desenvolver suplementos para a saúde. O conceito de saúde da medicina tradicional chinesa deve integrar-se no posicionamento e rumo de desenvolvimento a longo prazo de Macau, enriquecendo o seu conteúdo como Centro Mundial de Turismo e Lazer, acelerando-o e promovendo, de forma eficaz, o desenvolvimento da diversificação adequada da economia.

Terceiro, promover a investigação e inovação da medicina tradicional chinesa e a transformação dos resultados tecnológicos. O desenvolvimento das indústrias depende da investigação científica. Deve-se combinar as vantagens da investigação científica de Macau com os recursos científicos e industriais do Interior da China, incentivar a investigação e a produção de produtos inovadores e definir padrões internacionais para mais produtos da medicina tradicional chinesa, reforçando a protecção da propriedade intelectual nas áreas-chave da tecnologia desta indústria, para promover melhor a transformação dos resultados do sector em Macau.